



# SUMÁRIO

<b>1. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE .....</b>	<b>27</b>
1.1. Processo objetivo .....	27
1.2. Competência .....	29
1.3. Legitimidade .....	30
1.3.1. Legitimidade passiva.....	30
1.3.2. Legitimidade ativa.....	31
1.4. Procedimento.....	37
1.4.1. Petição inicial.....	37
1.4.2. Posturas do juiz diante da petição inicial .....	41
1.4.2.1. Emenda da petição inicial .....	41
1.4.2.2. Indeferimento da petição inicial.....	42
1.4.2.3. Pedido de informações.....	43
1.4.2.4. Manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República .....	44
1.4.2.5. Instrução probatória.....	46
1.5. Tutela de urgência .....	46
1.6. Decisão.....	52
1.6.1. Conteúdo .....	52
1.6.2. Efeitos .....	54
1.7. Recorribilidade .....	55
1.8. Intervenção de terceiros .....	60
1.9. <i>Amicus curiae</i> .....	62
1.10. Coisa julgada material .....	69
1.10.1. Limites objetivos da coisa julgada .....	69

1.10.1.1. Considerações gerais.....	69
1.10.1.2. Considerações específicas .....	70
1.10.2. Eficácia vinculante das decisões.....	71
1.10.2.1. Introdução.....	71
1.10.2.2. Função negativa da coisa julgada.....	71
1.10.2.3. Função positiva da coisa julgada.....	73
1.10.2.4. Conclusão.....	74
1.10.3. Limites subjetivos da coisa julgada .....	76
1.10.4. Coisa julgada <i>pro et contra</i> .....	78
1.11. Declaração de inconstitucionalidade e relativização da coisa julgada material.....	83
<b>2. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO.....</b>	<b>89</b>
2.1. Introdução.....	89
2.2. Cabimento.....	90
2.3. Legitimidade .....	92
2.4. Aspectos procedimentais.....	92
2.5. Efeitos da decisão .....	95
2.6. Medida cautelar.....	97
<b>3. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE.....</b>	<b>101</b>
3.1. Introdução.....	101
3.2. Existência de controvérsia judicial .....	102
3.3. Legitimidade .....	105
3.4. Sujeitos processuais .....	105
3.5. Liminar .....	106
3.6. Decisão e seus efeitos .....	108
<b>4. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....</b>	<b>109</b>
4.1. Introdução .....	109

---

4.2. Preceitos fundamentais .....	110
4.3. Objeto da arguição de descumprimento .....	111
4.4. Formas procedimentais da arguição de descumprimento .....	114
4.5. Arguição incidental e incidente de arguição de inconstitucionalidade .....	116
4.6. Legitimidade .....	118
4.7. Competência .....	121
4.8. Procedimento.....	121
4.8.1. Petição inicial.....	121
4.8.2. Posturas do juiz diante da petição inicial .....	125
4.8.2.1. Emenda da petição inicial .....	125
4.8.2.2. Indeferimento da petição inicial.....	126
4.8.2.3. Apreciação de liminar.....	127
4.8.2.4. Pedido de informações.....	127
4.8.3. Manifestações .....	127
4.8.4. Decisão.....	129
4.9. Tutela de urgência .....	131
4.10. Recorribilidade .....	133
4.11. Caráter subsidiário .....	134
<b>5. MANDADO DE INJUNÇÃO .....</b>	<b>137</b>
5.1. Introdução.....	137
5.2. Teorias .....	139
5.2.1. Teoria da subsidiariedade .....	139
5.2.2. Teoria da independência jurisdicional .....	140
5.2.3. Teoria da resolutividade.....	140
5.2.4. Posição do Supremo Tribunal Federal .....	140
5.2.5. Previsão legal da Lei 13.300/2016.....	143
5.3. Competência .....	144
5.4. Legitimidade .....	146
5.5. Procedimento.....	149

5.5.1. Petição inicial.....	149
5.5.2. Tutela de urgência.....	151
5.5.3. Indeferimento da petição inicial .....	152
5.5.4. Atos de comunicação e reações.....	153
5.5.5. Decisão.....	154
5.5.6. Coisa julgada material.....	155
5.6. Mandado de injunção coletivo.....	156
5.7. Mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	158
<b>6. MANDADO DE SEGURANÇA .....</b>	<b>161</b>
6.1. Cabimento do mandado de segurança.....	161
6.1.1. Hipótese genérica de cabimento.....	161
6.1.2. Vedações específicas ao cabimento do mandado de se- gurança.....	163
6.1.2.1. Atos de gestão comercial .....	163
6.1.2.2. Ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução....	164
6.1.2.3. Decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo .....	166
6.1.2.4. Decisão transitada em julgado.....	172
6.2. Direito líquido e certo e procedimento sumário documental .....	174
6.3. Competência.....	179
6.4. Sujeitos processuais .....	182
6.4.1. Legitimação ativa.....	182
6.4.1.1. Introdução .....	182
6.4.1.2. Legitimidade ordinária individual.....	183
6.4.1.3. Legitimação extraordinária.....	184
6.4.2. Legitimidade passiva.....	187
6.4.3. Autoridade coatora.....	190
6.4.4. Litisconsórcio .....	192

---

6.4.4.1.	Aplicação das regras do CPC ao mandado de segurança.....	192
6.4.4.2.	Litisconsórcio ativo ulterior .....	192
6.4.4.3.	Litisconsórcio passivo necessário .....	193
6.4.5.	Ministério Público.....	195
6.5.	Prazo para a impetração do mandado de segurança .....	197
6.6.	Procedimento.....	198
6.6.1.	Aspectos gerais.....	198
6.6.1.1.	Forma dos atos processuais.....	198
6.6.1.2.	Preferência no trâmite procedimental.....	199
6.6.2.	Petição inicial.....	200
6.6.3.	Posturas do juiz diante da petição inicial .....	204
6.6.3.1.	Emenda da petição inicial .....	204
6.6.3.2.	Indeferimento da petição inicial.....	206
6.6.3.2.1.	Hipótese de indeferimento .....	208
6.6.3.2.2.	Recurso cabível contra indeferimento da petição inicial .....	209
6.6.3.3.	Demais posturas .....	210
6.6.4.	Informações e contestação.....	212
6.6.5.	Decisão .....	213
6.6.5.1.	Comunicações de decisão concessiva .....	213
6.6.5.2.	Decisão de natureza condenatória de pagar quantia.....	214
6.6.5.3.	Recorribilidade.....	215
6.6.5.4.	Legitimidade recursal.....	217
6.6.5.5.	Vedação à condenação em honorários advocatícios .....	218
6.6.5.6.	Substituição das decisões por notas taquigráficas... ..	219
6.7.	Desistência do mandado de segurança.....	219
6.8.	Coisa julgada material e renovação do mandado de segurança... ..	223
6.9.	Reexame necessário .....	227
6.10.	Cumprimento provisório de sentença .....	227

6.11. Meios executivos para cumprimento da ordem e criminalização da conduta da autoridade coatora .....	230
6.12. Tutela de urgência .....	231
6.12.1. Natureza jurídica da liminar .....	231
6.12.2. Prestação de garantia para a concessão da liminar .....	233
6.12.3. Comunicações .....	234
6.12.4. Recurso cabível contra decisão liminar .....	235
6.12.5. Vedação à concessão de liminares .....	235
6.12.6. Efeitos da liminar .....	236
6.12.7. Perempção ou caducidade da liminar .....	238
6.13. Poderes do relator do mandado de segurança de competência originária do tribunal .....	240
6.14. Pedido de suspensão de segurança .....	242
6.15. Mandado de segurança coletivo.....	247
6.15.1. Introdução .....	247
6.15.2. Legitimidade ativa .....	248
6.15.3. Direitos tuteláveis pelo mandado de segurança coletivo...	251
6.15.4. Coisa julgada.....	251
6.15.5. Relação do mandado de segurança coletivo e individual...	259
6.15.6. Oitiva prévia da pessoa jurídica de direito público antes da concessão da liminar.....	261
<b>7. RECLAMAÇÃO .....</b>	<b>263</b>
7.1. Natureza jurídica.....	263
7.2. Cabimento .....	266
7.2.1. Forma de preservação da competência do tribunal.....	267
7.2.2. Forma de garantir a autoridade da decisão do tribunal...	268
7.2.3. Garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade...	271
7.2.4. Forma de garantir a observância de súmula vinculante...	273
7.2.5. Forma de garantir a observância de precedente proferido em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência.....	275

---

7.2.6.	Forma de garantir a observância de precedente proferido em repercussão geral e recurso excepcional repetitivo.....	276
7.3.	Procedimento.....	278
7.3.1.	Introdução .....	278
7.3.2.	Petição inicial.....	279
7.3.3.	Prazo.....	281
7.3.4.	Posturas do relator ao receber a reclamação .....	283
7.3.5.	Reações dos interessados .....	284
7.3.6.	Julgamento .....	286
<b>8.</b>	<b>HABEAS DATA .....</b>	<b>289</b>
8.1.	Introdução.....	289
8.2.	Direito à informação e <i>habeas data</i> .....	290
8.3.	Hipóteses de cabimento.....	291
8.3.1.	Introdução .....	291
8.3.2.	Direito à informação .....	291
8.3.3.	Direito à retificação de dados.....	293
8.3.4.	Anotação sobre dado verdadeiro.....	293
8.4.	Fase administrativa.....	294
8.4.1.	Interesse de agir.....	294
8.4.2.	Procedimento .....	296
8.4.2.1.	Fase pré-processual .....	296
8.4.2.2.	Fase processual.....	298
8.4.2.2.1.	Introdução.....	298
8.4.2.2.2.	Petição inicial.....	299
8.4.2.2.3.	Posturas do juiz diante da petição inicial .....	300
8.4.2.2.4.	Prestação de informações .....	302
8.4.2.2.5.	Intimação da pessoa jurídica de direito público? .....	302
8.4.2.2.6.	Participação do Ministério Público.....	303
8.4.2.2.7.	Instrução .....	304

8.4.2.2.8. Decisão .....	304
8.5. Liminar .....	306
8.6. Legitimidade .....	307
8.6.1. Legitimidade ativa .....	307
8.6.2. Legitimidade passiva.....	308
8.7. Competência .....	309
8.8. Recursos.....	310
<b>9. AÇÃO POPULAR.....</b>	<b>315</b>
9.1. Breve histórico.....	315
9.1.1. Origem remota .....	315
9.1.2. Origem próxima .....	316
9.2. Cabimento .....	317
9.2.1. Patrimônio público material e imaterial.....	317
9.2.2. Atos e omissões .....	318
9.2.3. Tutela reparatória e preventiva .....	319
9.2.4. Espécies de atos impugnáveis .....	321
9.2.5. Binômio ilegalidade-lesividade .....	323
9.3. Sujeitos processuais .....	326
9.3.1. Legitimidade ativa .....	326
9.3.1.1. Espécies de legitimação ativa na ação popular... 326	
9.3.1.2. Legitimidade ativa do cidadão .....	327
9.3.1.3. Intervenção superveniente de cidadão no polo ativo.....	332
9.3.2. Legitimidade passiva.....	336
9.3.2.1. Legitimados passivos.....	336
9.3.2.2. Legitimação bifronte das pessoas jurídicas de direito público ou privado.....	339
9.3.3. Litisconsórcio ativo e passivo.....	341
9.3.4. Intervenção de terceiros na ação popular .....	343
9.3.5. Participação do Ministério Público .....	345

---

9.3.5.1.	Legitimidade ativa superveniente .....	345
9.3.5.2.	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica .....	345
9.3.5.3.	Participação na execução .....	350
9.4.	Competência .....	351
9.5.	Procedimento.....	356
9.5.1.	Introdução .....	356
9.5.2.	Petição inicial.....	357
9.5.3.	Posturas do juiz diante da petição inicial .....	360
9.5.3.1.	Emenda e indeferimento da petição inicial .....	360
9.5.3.2.	Julgamento de improcedência liminar.....	360
9.5.3.3.	Citação dos réus e intimação do Ministério Público.....	361
9.5.3.4.	Exibição incidental .....	362
9.5.4.	Contestação .....	364
9.5.4.1.	Prazo .....	364
9.5.4.2.	Matéria de defesa.....	365
9.5.4.3.	Revelia .....	366
9.5.5.	Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo.....	367
9.5.6.	Sentença .....	369
9.6.	Abandono e desistência do autor popular .....	371
9.6.1.	Introdução .....	371
9.6.2.	Momento de aplicação do dispositivo legal .....	372
9.6.3.	Desistência e “absolvição de instância” .....	373
9.6.4.	Sucessores processuais .....	375
9.7.	Conexão e litispendência.....	376
9.7.1.	Conceitos e efeitos .....	376
9.7.2.	Efeitos da conexão e litispendência na tutela coletiva.....	378
9.7.3.	Prevenção do juízo .....	380
9.8.	Recursos.....	381
9.8.1.	Recursos cabíveis.....	381

9.8.2. Legitimidade recursal .....	383
9.8.3. Isenção no recolhimento do preparo .....	384
9.8.4. Efeitos da apelação.....	385
9.9. Reexame necessário.....	387
9.9.1. Introdução .....	387
9.9.2. Reexame necessário na ação popular.....	388
9.10. Coisa julgada .....	390
9.11. Relativização da coisa julgada .....	396
9.11.1. Introdução .....	396
9.11.2. Ação rescisória.....	396
9.11.3. Coisa julgada inconstitucional .....	398
9.11.4. Coisa julgada injusta inconstitucional .....	398
9.12. Liquidação de sentença.....	400
9.12.1. Introdução .....	400
9.12.2. Espécies de liquidação de sentença .....	400
9.12.3. Legitimidade ativa.....	401
9.12.4. Competência.....	402
9.13. Execução.....	403
9.13.1. Introdução .....	403
9.13.2. Execução por sub-rogação e indireta.....	403
9.13.3. Legitimidade ativa.....	406
9.13.4. Medidas cautelares para garantir o resultado da execução .....	407
9.13.5. Capítulos da sentença executáveis.....	409
9.14. Tutela provisória .....	410
9.14.1. Tutela antecipada e cautelar .....	410
9.14.2. Pedido de suspensão de segurança.....	411
9.15. Gratuidade.....	411
9.15.1. A regra da gratuidade .....	411
9.15.2. Exceção à regra da gratuidade: condenação do autor popular nos ônus de sucumbência .....	416
9.16. Prescrição .....	417

---

<b>10. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....</b>	<b>419</b>
10.1. Nomenclatura .....	419
10.2. Objeto de tutela .....	421
10.3. Direitos tutelados pela ação civil pública.....	423
10.3.1. Introdução .....	423
10.3.2. Direito difuso .....	423
10.3.3. Direito coletivo .....	425
10.3.4. Direitos individuais homogêneos .....	427
10.3.5. Direitos individuais indisponíveis .....	431
10.4. Competência .....	433
10.4.1. Competência originária dos tribunais superiores .....	433
10.4.2. Competência de Justiça Especializada.....	434
10.4.3. Competência da Justiça Comum.....	435
10.4.4. Competência do foro.....	438
10.4.4.1. Regra de competência absoluta: funcional ou territorial?.....	438
10.4.4.2. Local do dano .....	439
10.4.4.3. ECA e Estatuto da Pessoa Idosa .....	442
10.4.5. Competência de juízo.....	443
10.5. Legitimidade .....	444
10.5.1. Espécies de legitimidade .....	444
10.5.2. Legitimados ativos.....	446
10.5.2.1. Ministério Público.....	446
10.5.2.2. Associação.....	453
10.5.2.3. Pessoas jurídicas da administração pública.....	467
10.5.2.4. Defensoria Pública .....	470
10.5.3. Legitimados passivos .....	480
10.6. Procedimento.....	481
10.6.1. Introdução .....	481
10.6.2. Inércia da jurisdição .....	481
10.6.3. Prevenção do juízo.....	481

10.6.4. Litisconsórcio ativo .....	483
10.6.4.1. Espécie .....	483
10.6.4.2. Litisconsórcio ativo formado por diferentes Ministérios Públicos.....	484
10.6.4.3. Litisconsórcio ativo ulterior? .....	484
10.6.5. Instrução da petição inicial .....	487
10.6.6. Astreintes .....	488
10.6.7. Tutela provisória.....	491
10.7. Coisa julgada .....	491
10.7.1. Introdução .....	491
10.7.2. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	492
10.7.3. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> .....	497
10.7.4. Limitação territorial da coisa julgada.....	499
10.8. Liquidação de sentença.....	504
10.8.1. Competência.....	504
10.8.2. Espécies de liquidação de sentença .....	506
10.8.3. Direito difuso e coletivo .....	508
10.8.4. Direito individual homogêneo.....	509
10.8.5. Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo .....	510
10.9. Execução.....	511
10.9.1. Legitimidade ativa.....	511
10.9.2. Direitos difusos e coletivos.....	513
10.9.3. Direitos individuais homogêneos .....	514
10.9.3.1. Introdução.....	514
10.9.3.2. Execução por <i>fluid recovery</i> .....	515
10.9.3.3. Legitimidade .....	519
10.9.4. Regime jurídico das despesas e custas processuais .....	521
10.9.5. Prescrição intercorrente .....	522
10.10. Gratuidade.....	528

---

10.10.1. Introdução.....	528
10.10.2. Isenção de adiantamento.....	529
10.10.3. Condenação em verbas de sucumbência .....	534
<b>11. HABEAS CORPUS.....</b>	<b>537</b>
11.1. Breve histórico.....	537
11.1.1. Origem remota .....	537
11.1.2. Origem próxima .....	538
11.1.3. O <i>habeas corpus</i> no Brasil .....	538
11.2. Natureza jurídica.....	539
11.3. Espécies de <i>habeas corpus</i> .....	540
11.4. Cabimento .....	541
11.4.1. Ausência de justa causa .....	542
11.4.2. Excesso de prazo .....	542
11.4.3. Incompetência .....	543
11.4.4. Cessaçãõ do motivo .....	544
11.4.5. Não concessão de fiança.....	544
11.4.6. Manifesta nulidade do processo .....	545
11.4.7. Extinçãõ da punibilidade.....	546
11.4.8. <i>Habeas corpus</i> no processo civil.....	546
11.5. Limitações ao uso do <i>habeas corpus</i> .....	548
11.5.1. Puniçãõ disciplinar militar .....	549
11.5.2. Estado de defesa e estado de sítio .....	549
11.5.3. Sucedãneo recursal.....	550
11.5.4. Pena pecuniária .....	551
11.5.5. Decisãõ de Turma ou do Plenário.....	552
11.6. Sujeitos processuais .....	552
11.6.1. Paciente .....	552
11.6.2. Legitimidade ativa.....	552
11.6.3. Legitimidade passiva.....	553
11.7. Competência .....	554

---

11.7.1. Competência do Supremo Tribunal Federal.....	554
11.7.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça.....	554
11.7.3. Competência no âmbito da justiça especializada (Justiça Eleitoral, Militar ou do Trabalho).....	555
11.7.4. Justiça Eleitoral.....	555
11.7.5. Justiça Militar.....	556
11.7.6. Justiça do Trabalho.....	556
11.7.7. Competência no âmbito da justiça comum (Justiça Federal e Estadual de Primeiro e Segundo Graus).....	557
11.7.8. Competência das Turmas Recursais.....	558
11.8. Procedimento.....	558
11.8.1. Petição inicial.....	558
11.8.2. Liminar em <i>habeas corpus</i> .....	559
11.8.3. Posturas do juiz, intervenção do Ministério Público e decisão.....	560
11.8.4. Desistência.....	561
11.9. Recursos.....	562
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>565</b>